

Prefeitos terão Cr\$ 1 bilhão para legalização de favelas

A legalização fundiária, a implantação de lotes urbanizados e melhorias habitacionais em Porto de Santana, Maria Ortiz, Santa Rita e Santa Tereza, bairros da Grande Vitória que estão englobados no programa "Cidade de Porte Médio", será a etapa mais cara, com um custo de Cr\$ 1.146.056.000,00, que representa 22% do total — orçado em Cr\$ 4,9 bilhões.

A informação foi prestada ontem, durante a abertura do seminário sobre as "Experiências de intervenção em Áreas de Baixa Renda", pelo arquiteto André Abe, que coordenou a fase de elaboração de definição das regiões que serão atendidas pelo programa, financiado pelo Ministério do Interior, pelo governo do Estado e pelas prefeituras de Vitória, Vila Velha e Cariacica.

O programa tem por objetivo assegurar o atendimento às populações de baixa renda, que contarão com instalação de equipamentos nas áreas de emprego e renda, infra-estrutura e administração municipal. As melhorias urbanas abrangem projetos que vão desde a execução de pequenas obras até a legalização fundiária, passando pela execução de lotes urbanizados e melhoria das habitações existentes.

Segundo o cronograma de atividades, serão titulados 12.664 lotes, emitidos 6.690 títulos de aforamento nos terrenos de domínio da União e expedidas 5.974 escrituras públicas aos moradores que ocupam,

atualmente, propriedades de terceiros. Serão também implantadas 5.253 ligações domiciliares de água, 4.568 ligações domiciliares simples de esgoto e 7.553 unidades sanitárias integradas.

Nos três municípios que estão participando do programa serão indenizados proprietários de 1.590 barracos de madeira e 632 de alvenaria, efetivando, assim, a titulação do lote e domicílio a 2.222 famílias inquilinas.

RECIFE

O seminário, promovido pelo Instituto Jones dos Santos Neves e que tem por objetivo discutir, com técnicos locais, a filosofia e estratégias de ação junto às populações que serão atendidas pelo programa, conta com a participação de técnicos de Recife, Salvador e Florianópolis, onde ele já se encontra em fase de execução de obras.

Humberto Magalhães Carneiro, que coordena o programa de intervenção nos morros e alagados de Recife, em Pernambuco, disse ontem que um dos maiores benefícios que ele apresenta é o de despertar nas comunidades o seu poder reivindicatório. "Esse objetivo é o mais importante e também o mais difícil de ser alcançado".

Na fase de execução de obras, ele citou que está havendo uma participação

dos bairros atendidos. "Isto porque a prefeitura de Recife está realizando as obras através de administração direta, contratando, com carteira assinada, trabalhadores na faixa etária de 19 a 22 anos. Grande parte desse pessoal está começando a trabalhar pela primeira vez. Dessa forma, estamos oferecendo emprego e também treinamento para o mercado de trabalho".

Em Recife, o programa está sendo executado numa área de 1.700 hectares, atendendo uma população de 250 mil pessoas. Os bairros atendidos, como são de baixa renda, não estão submetidos à taxação de impostos. Assim a população não será obrigada a pagar taxas pelos serviços que já está recebendo. Como a prefeitura efetuou um empréstimo junto a várias entidades financeiras, no valor de Cr\$ 1,3 bilhão, esse dinheiro retornará para os cofres municipais através dos impostos dos locais sujeitos à taxação".

O seminário do Instituto Jones dos Santos Neves continua hoje, com uma palestra, pela manhã, sobre a experiência de Recife. Na parte da tarde, a partir das 14h, será debatida a experiência dos Alagados, em Salvador. Ailton Pinto de Andrade, diretor da empresa Alagados Melhoramentos S/A, encarregado do programa, será o debatedor. Cerca de 80 técnicos ligados ao setor de Planejamento do Estado estão participando do encontro.